



Eficiência Energética das Frotas na Administração Pública

Novabase



JUNHO 2010

“TIC e Eficiência Energética: O Estado deve dar o exemplo”

Workshop Energia – Frotas do Estado

Lisboa, 11 Junho 2010

Índice

Índice	3
1. Objectivos	4
2. Metodologia	5
3. Dados	6
3.1. Portugal	6
3.2. E.U.A.	8
3.3. U.K.	8
4. Conclusões	10
5. Referências	11

1. Objectivos

O objectivo deste estudo é a análise quantitativa da eficiência energética da frota de veículos da Administração Pública em Portugal. Pretende-se realizar uma análise comparativa com outros países.

Segundo o Decreto-Lei nº 170/2008 de 26 de Agosto, o Parque de Veículos do Estado (PVE) passou a estar sob a alçada da Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) tanto em matérias de aquisição como de gestão das frotas. Ainda no presente decreto-lei foram estabelecidas uma série de ferramentas jurídicas com vista a dar suporte a uma gestão centralizada das frotas do Estado de acordo com os objectivos previstos na Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2008-2010, constante no Resolução do Conselho de Ministros nº 65/2007 de 7 de Maio.

Assim, o objectivo deste estudo passa pela análise, através da informação estatística disponível sobre a matéria, dos objectivos propostos pela Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2008-2010, no que respeita ao Modelo de Gestão do Parque de Veículos do Estado (PVE); assim como a caracterização da frota de veículos detida pelo Estado.

Pretende-se que a análise comparativa com outros países seja entre países que tenham adoptado políticas ecológicas de gestão das frotas da Administração Pública.

2. Metodologia

A metodologia adoptada para este estudo baseou-se no objectivo de avaliação quantitativa dos resultados obtidos desde a adopção do Decreto-Lei nº 170/2008 de 26 de Agosto, no âmbito da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas 2008-2010.

Para tal, definiu-se que seria necessário obter o máximo de informação estatística disponível relativamente ao PVE (Parque de Veículos do Estado), nomeadamente a sua caracterização, e ao consumo anual de combustíveis por parte dos diferentes Ministérios. Numa perspectiva de análise mais aprofundada ficou também definida a necessidade de obter dados para um período temporal que permita a análise, não só da situação actual, mas também da situação anterior à implementação das medidas mencionadas. Idealmente pretende-se obter uma tendência de 5 anos para a informação em causa.

Estrutura da informação pretendida:

Veículos:

- Ministério/Organismo;
- Modelo/Cilindrada/Ano.

Consumo combustível:

(litros e euros)

- Ministério/Organismo;
- Veículo;
- Tipo de Combustível;
- Km's percorridos.

Paralelamente a esta análise, ficou definida a necessidade de encontrar também dados estatísticos que permitissem uma comparação entre diferentes países, de forma a observar diferentes performances e a estabelecer um ponto de comparação para com Portugal.

3. Dados

Relativamente aos dados obtidos, os objectivos delineados não foram plenamente atingidos. De facto, a informação disponível nos diferentes instrumentos utilizados assume essencialmente um carácter qualitativo, não existindo um número significativo de dados ao nível da quantificação efectiva dos resultados das medidas adoptadas. Esta questão é ainda mais visível para períodos anteriores à publicação do Decreto-Lei nº 170/2008.

Relativamente aos dados quantitativos apurados para outros países, estes referem-se, essencialmente, aos EUA. No que respeita o Reino Unido e a Austrália apenas encontramos dados qualitativos.

3.1. Portugal

Os dados obtidos relativamente a Portugal, no que respeita a composição da frota de veículos do Estado, apenas se encontra discriminada para o ano de 2010. Nos restantes anos referidos (2007 a 2009) apenas obtivemos dados sobre o total da frota do Estado.

Em 2007, segundo a Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP), um estudo sobre o PVE (Parque de Veículos do Estado) apresentava os seguintes dados:

Características PEV em 2007	Valores
Nº de Veículos	28.948
Nº Veículos Ligeiros de Passageiros	14.567
% Veículos pertencentes ao MAI, MADRP e MJ	61%
% Veículos com mais de 7 anos	65%
Média de idade do PVE (anos)	15

Fonte: Carvalho, Joana Lopes de; 2009 (1 de Julho); Modelo de Compras do Parque de Veículos do Estado (PEV) – 1ª Convenção Nacional de Compras Públicas; Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP).

Ainda segundo a Agência Nacional de Compras Públicas, no ano de 2009, o Parque de Veículos do Estado (PVE) apresentava os seguintes dados:

Características PEV em 2009	Valores
Nº de Veículos	28.793

Nº Veículos Ligeiros de Passageiros	18.741
% Veículos pertencentes ao MAI, MADRP e MJ	58,5%
% Veículos com mais de 8 anos	67,1%

Fonte: Parque de Veículos do Estado – Indicadores 2009; Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP).

Actualmente, o Parque de Veículos do Estado apresenta os seguintes dados:

Características PEV em 07.06.2010	Valores
Nº de Veículos	29.178
Nº Veículos Ligeiros de Passageiros	18.317
% Veículos pertencentes ao MAI, MADRP e MJ	58%
% Veículos com mais de 8 anos	68,8%
Média de idade do PVE (anos)	12

Fonte: Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP).

No que respeita os tipos de combustíveis utilizados, actualmente, o Parque de Veículos do Estado é composto por 65,6% de veículos movidos a gasóleo e 34,4% movidos a gasolina.

Relativamente às emissões de CO², e de acordo com o definido legalmente pelo Despacho Nº 7382/2009 de 12 de Março, o PVE deve, para o ano de 2010, cumprir os seguintes valores de emissões:

% Veículos	Emissões CO ²
10%	Sem restrições
60%	Máx. 130g/Km
30%	Máx. 115g/Km

Fonte: Diário da República, 2.ª série — N.º 50 — 12 de Março de 2009; Despacho Nº 7382/2009.

Por último, Portugal (à data do XIV Recenseamento Geral da População: 2001) tinha uma população de 10.356.117 habitantes; dos quais 747.880 indivíduos, em 2005, trabalhavam como efectivos na Função Pública.

Não foi possível encontrar a informação relativa ao consumo de combustíveis pela frota de veículos do Estado para nenhum dos anos pretendidos; os valores

mais aproximados obtidos foram os pagamentos efectuados para o ano de 2008 na rubrica económica 02.01.02 – *Combustíveis e Lubrificantes* para cada um dos Ministérios. Aqui, no total de pagamentos para Conta Geral do Estado de 2008, foram contabilizados €85.002.313,16.

3.2. E.U.A.

Os E.U.A. são um dos países, que tal como Portugal, têm vindo a definir uma série de medidas com o objectivo de tornar a frota de veículos do Estado mais eficiente e ecológica.

Os objectivos e medidas definidas pelo Governo dos E.U.A. nesta matéria encontram-se, essencialmente, em dois documentos; o *Energy Policy Act (EPAct)* de 1992 e a *Executive Order (E.O.) 13149* – “*Greening the Government through Federal Fleet and Transportation Efficiency*” de Abril de 2000.

Pela sua dimensão, quer a nível territorial quer a nível populacional, estes dados não são comparáveis, por si só, com os dados relativos à realidade portuguesa. Assim, o objectivo delineado nesta análise prende-se com:

- *Análise per capita e por funcionário público* do consumo em combustível por parte das Agências Federais por tipo de combustível (litros e euros);
- *Análise da frota de veículos detida pelo Estado* (assim como as suas características) *per capita e por funcionário público*.

A informação encontrada abrange todos os indicadores inicialmente delineados e encontra-se discriminada por tipo de combustível, agência federal e ano; sendo que obtivemos dados para o período entre 2000 e 2009.

No entanto, na informação obtida existem duas limitações que devem ser enumeradas. Relativamente ao consumo de combustíveis derivados do petróleo, não foi possível encontrar informação detalhada sobre o seu consumo, existe apenas a informação do total consumido pelas diferentes agências federais nestes tipos de combustíveis (para os combustíveis alternativos a informação encontra-se devidamente discriminada). A segunda limitação refere-se à falta de informação sobre os preços de alguns dos combustíveis alternativos utilizados por algumas agências federais nos E.U.A. (tais como o Hidrogénio, a Electricidade, etc).

3.3. U.K.

No que respeita o Reino Unido, os dados encontrados foram essencialmente qualitativos, não permitindo uma análise estatística desta questão para este

país. Existem no entanto algumas medidas e case studies que merecem ser referidas na análise a esta questão da eficiência das frotas de veículos do estado.

Um desses case studies é o combate às “Grey Fleets” promovido pelo Governo do Reino Unido e definido no seu Local Authority Carbon Management Program (LACMP); este conceito traduz-se no combate à utilização de veículos do Estado, por parte dos funcionários públicos, para deslocações pessoais e no combate à declaração de milhas, efectuadas por motivos pessoais, para efeitos de ajudas de custo.

Outra das medidas analisadas é a criação do “Government Car” que pretende disponibilizar, de acordo com uma gestão eficiente e ecológica, o aluguer de veículos aos diferentes departamentos do governo e outros serviços públicos do Reino Unido.

4. Conclusões

Finalizada a recolha de informação no que respeita a análise e caracterização da frota de veículos do Estado, podemos concluir que, embora a informação disponível não seja muito abundante, existe já material suficiente para fazer uma análise da eficiência energética na frota de veículos do Estado.

Esta análise diz respeito apenas ao ano de 2010, visto que para os anos de 2007 a 2009 a informação disponível não é suficiente para ser trabalhada estatisticamente, apenas poderá ser utilizada como referência a nível de totais.

A grande limitação existente na informação disponível para o estudo proposto inicialmente reside na falta de valores discriminados para o consumo de combustíveis por parte dos diferentes ministérios do governo português. De facto, os valores do total de pagamentos efectuados na rubrica económica 02.01.02, para além de se referirem ao ano de 2008, englobam todas as despesas respeitantes a combustíveis e lubrificantes, sem qualquer discriminação por tipo de combustível e por tipo de uso pretendido.

Por último, no que respeita à análise de outros países por comparação da situação portuguesa, apenas será possível criar um benchmark completo sobre um país. De facto, apenas existe informação estatística relevante sobre os E.U.A. Relativamente ao U.K. apenas se obteve informação relativa às medidas e estratégias definidas pelo Governo, não existindo qualquer informação estatística disponível sobre o assunto.

5. Referências

- Diário da República, 1.ª série — N.º 164 — 26 de Agosto de 2008; Decreto-Lei nº 170/2008; Disponível em:
http://www.ancp.gov.pt/PT/Leislacao/Pages/Decreto_Lei_170_2008.aspx
- Diário da República, 2.ª série — N.º 50 — 12 de Março de 2009; Despacho nº 7382/2009; Disponível em:
http://www.ancp.gov.pt/PT/Leislacao/Pages/Despacho_7382_2009.aspx
- Carvalho, Joana Lopes de; Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP); Modelo de Compras do Parque de Veículos do Estado (PVE); Disponível em:
http://agenda.alqbrica.pt/eventos/clientes/ancp_2009/apresent/JLCarvalho.pdf
- Agência Nacional de Compras, E.P.E. (ANCP); Parque Veículos do Estado – Indicadores de 2009; Disponível em:
<http://www.ancp.gov.pt/PT/Indicadores/Pages/Veiculos.aspx>
- Direcção Geral do Orçamento – Ministério das Finanças e da Administração Pública; Conta Geral do Estado – 2008, Subsector Estado – Desenvolvimento das Despesas (Mapa 17) – Volume II (Tomo 4 e 5); Disponível em:
<http://www.dgo.pt/cge/cge2008/index.htm>
- PORDATA; População Residente segundo os Censos; INE – X a XIV Recenseamentos Gerais da População; Disponível em:
http://www.pordata.pt/azap_runtime/?n=26&SubThemeId=27&Varnum=2
- Direcção Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP); A Década – Emprego Público em Números, 1996-2005; OBSEP – Dezembro de 2009; Disponível em: <http://www.dgap.gov.pt/index.cfm?OBJID=c56e2903-1f51-417d-8839-240c045f72c9>
- CENEX, Department of Transport, United Kingdom; Low Carbon Vehicle Procurement Programme - Supply and Maintenance of Lower Carbon Vans and All-Electric Vans; Information Pack for Potential Bidders, Version 1.00 8th July 2008; Disponível em:
<http://www.lcvpp.org.uk/LinkClick.aspx?fileticket=4tsNDg1KgFQ%3d&tabid=187&mid=648>
- Office of Government Commerce (OGC), United Kingdom; Sustainable Procurement and Operations on the Government Estate, Government Delivery Plan Update - July 2009, Appendix A - SDiG 2008 Recommendations and Government Response; Disponível em:
http://www.ogc.gov.uk/documents/Delivery_Plan_2009_Appendix_A.pdf

- Government Cars and Despatch Agency;
<http://www.dft.gov.uk/gcda/cars/default.php>
- Office of Government Commerce (OGC), United Kingdom; OGC Grey Fleet Initiative; Environment Agency Case Study; Disponível em:
http://www.ogc.gov.uk/documents/Environment_Agency_Case_Study.pdf
- Office of Government Commerce (OGC), United Kingdom; OGC Grey Fleet Initiative; Tees, Esk and Wear Valleys NHS Trust Case Study; Disponível em :
http://www.ogc.gov.uk/fleet_grey_fleet_case_studies.asp
- CENEX, Department of Transport, United Kingdom; Low Carbon Vehicle Procurement Programme – Programme Operation & Scope. Vehicle Specifications, 8th July 2008; Disponível em: <http://www.lcvpp.org.uk/>
- Office of Government Commerce (OGC), United Kingdom; Grey Fleet Management Case Study – Department for Work and Pensions; Disponível em:
http://www.ogc.gov.uk/fleet_grey_fleet_case_studies.asp
- U.S. Department of Energy – Energy Efficiency & Renewable Energy; Fleets; Disponível em: <http://www.afdc.energy.gov/afdc/fleets/index.html>
- U.S. Department of Energy – Energy Efficiency & Renewable Energy; Tools; Disponível em: <http://www.afdc.energy.gov/afdc/applications.html>
- U.S. Department of Energy – Energy Efficiency & Renewable Energy; Data, Analysis & Trends; Disponível em:
<http://www.afdc.energy.gov/afdc/data/index.html>
- OECD – Organisation for Economic Co-Operation and Development; Statistics Portal; Demography and Population ; Disponível em:
http://www.oecd.org/topicstatsportal/0,3398,en_2825_494553_1_1_1_1_1,00.html
- Government Fleet; Disponível em: <http://www.government-fleet.com/>